

## **Gestão escolar: Administração, supervisão, orientação e inspeção no decorrer da história da educação**

**School management: Administration, supervision, guidance and inspection throughout the history of education**

**Gestión escolar: Administración, supervisión, orientación e inspección a lo largo de la historia de la educación**

Recebido: 02/09/2024 | Revisado: 12/09/2024 | Aceitado: 13/09/2024 | Publicado: 19/09/2024

### **Marcos Antonio Evangelista**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3399-3157>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: [marcosevangelista500@hotmail.com](mailto:marcosevangelista500@hotmail.com)

### **Patrícia de Almeida Silva Repolho**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3901-5643>

Universidad de La Integración de Las Américas, Paraguay

E-mail: [Paty.aaca@gmail.com](mailto:Paty.aaca@gmail.com)

### **Helena Cruz dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0842-4187>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: [hcds.ped21@uea.edu.br](mailto:hcds.ped21@uea.edu.br)

### **Maria Miriam Evangelista Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0421-7377>

Centro Universitário Leonardo da Vinci, Brasil

E-mail: [mariamiriam202@gmail.com](mailto:mariamiriam202@gmail.com)

### **Francisca Martins de Aquino**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2430-1046>

Universidad de La Integración de Las Américas, Paraguay

E-mail: [franciscamantinsfia@gmail.com](mailto:franciscamantinsfia@gmail.com)

### **Weverton Marciel Pinto**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3534-5036>

Faculdade Metropolitana de Manaus, Brasil

E-mail: [wevertonmarciel28@gmail.com](mailto:wevertonmarciel28@gmail.com)

### **Maria Lúcia do Nascimento de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4977-9006>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: [lucia79.mary@gmail.com](mailto:lucia79.mary@gmail.com)

### **Mirian Jéssica Encarnação Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2133-5203>

Universidad de La Integración de Las Américas, Paraguay

E-mail: [mirian.lima@educacao.am.gov.br](mailto:mirian.lima@educacao.am.gov.br)

### **Elden do Carmo de Deus**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1700-7038>

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: [eldencarmo12@gmail.com](mailto:eldencarmo12@gmail.com)

-

### **Resumo**

O objetivo desta pesquisa é estudar a história do supervisor escolar no decorrer da história da educação. Assim, o presente artigo faz um estudo bibliográfico sobre a Gestão Escolar: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção no decorrer da história da Educação. O artigo se justifica pela necessidade de ampliar e aprofundar discussão a respeito do tema e permanência no ambiente escolar. Neste trabalho busca a trajetória desses profissionais no decorrer da História da Educação, que embora garantido por lei, ainda são falhos possivelmente pela dificuldade de modificar parâmetros em relação ao que se espera da escola. Metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica narrativa de cunho qualitativo. Durante a pesquisa em relação as leituras feitas no contexto de Educação Brasileira, cresce a importância da Gestão educacional, mudanças, que representa uma das pessoas que procura direcionar o trabalho pedagógico na escola em que se efetive a qualidade em todo o processo educacional. Nos estudos o Gestor Escolar é um servidor especializado em manter a motivação do decorrer da história da educação através de sua história educacional e transformação.

**Palavras-chave:** Ensino; Educação; Gestão Escolar; História.

### Abstract

The objective of this research is to study the history of the school supervisor throughout the history of education. Thus, this article makes a bibliographical study on School Management: Administration, Supervision, Guidance and Inspection throughout the history of Education. The article is justified by the need to expand and deepen discussion regarding the topic and permanence in the school environment. This work seeks the trajectory of these professionals throughout the History of Education, which, although guaranteed by law, are still flawed, possibly due to the difficulty of modifying parameters in relation to what is expected from the school. Methodology used, it is a narrative bibliographical research of a qualitative nature. During the research in relation to the readings made in the context of Brazilian Education, the importance of educational management, changes, grows, which represents one of the people who seek to direct the pedagogical work in the school in which quality is achieved throughout the educational process. In studies, the School Manager is a servant specialized in maintaining motivation throughout the history of education through its educational history and transformation.

**Keywords:** Teaching; Education; School Management; History.

### Resumen

El objetivo de esta investigación es estudiar la historia del supervisor escolar a lo largo de la historia de la educación. Así, este artículo realiza un estudio bibliográfico sobre la Gestión Escolar: Administración, Supervisión, Orientación e Inspección a lo largo de la historia de la Educación. El artículo se justifica por la necesidad de ampliar y profundizar la discusión sobre el tema y la permanencia en el ambiente escolar. Este trabajo busca la trayectoria de estos profesionales a lo largo de la Historia de la Educación, que, si bien están garantizadas por la ley, aún presentan fallas, posiblemente por la dificultad de modificar parámetros en relación a lo que se espera de la escuela. La metodología utilizada es una investigación bibliográfica narrativa de carácter cualitativo. Durante la investigación en relación a las lecturas realizadas en el contexto de la Educación Brasileña, crece la importancia de la gestión educativa, que representa una de las personas que buscan orientar el trabajo pedagógico en la escuela en la que se logra calidad en todo el proceso educativo. proceso. En los estudios, el Director Escolar es un servidor especializado en mantener la motivación a lo largo de la historia de la educación a través de su historia y transformación educativa.

**Palabras clave:** Enseñanza; Educación; Gestión Escolar; Historia.

## 1. Introdução

A gestão escolar vem do verbo latino gerere, que significa fazer, exercer, executar, administrar, ou seja, é o ato de gerir projetos. Neste aspecto, volta-se à postura dialógica para o conceito gestão como forma de governo da educação. A gestão é entendida também como uma grande evolução do ato de administrar, buscando o trabalho coletivo e abolindo o trabalho individual. Assim, segundo Paro (1999, p.23) entende a gestão como “[...] a coordenação do esforço humano coletivo ou simplesmente coordenação, utilizando a palavra para indicar o campo de interesse teórico-prático da administração que diz respeito ao emprego racional do esforço humano coletivo”.

A gestão da educação vem justamente para alertar que uma escola não é composta por somente um gestor. Todos os agentes diretos e/ou indiretos são autores/coautores e principalmente gestores da educação. Nesse sentido, você é gestor de suas ações, responsável e corresponsável pelas ações que acontecem em seu entorno. (Lück, 2006).

A forma ampla, a supervisão significa “olhar sobre”, nos remetendo à ideia de visão global de um processo. A palavra supervisão é formada pelos vocábulos super, que significa sobre, e visão no sentido de ação de ver, que nos sinaliza a “atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer”. (Andrade, 1979, p. 9). De forma mais ampla, o supervisor significa “olha sobre”, nos remete à ideia de visão global de um processo. Que para Ferreira (1999, p. 48), o supervisor é aquele que: “assegura a manutenção de estrutura ou regime de atividade na realização de uma programação/projeto. É uma influência consciente sobre determinado contexto, com a finalidade de ordenar, manter e desenvolver uma programação e projetada coletivamente”. (Ferreira, 1999, p. 48).

O papel desses educadores escolar é promover e contribuir na formação de professores. O qual as transformações científicas levam a necessidade de discussão ética valorativa da sociedade apresentando para a escola, docentes e alunos para participar, das relações sociais e políticas. Para isso acontecer, é preciso ter um líder, encarregado de motivar e desenvolver na pessoa grupos de lideranças que atuam, em clima de diálogo, para o crescimento profissional das pessoas envolvidas com o processo educacional da escola.

O trabalho desses profissionais, é reconhecido como ação de suporte para o professor na prática, potencializa seu trabalho de forma a conectar-se efetivamente com o contexto escolar, aonde vem configurando-se historicamente como um desafio para os novos profissionais da educação em supervisão escolar. Atualmente na confrontação com novos desafios postos, que pedem uma radical mudança nos conceitos de ensinar e aprender, do aprender a aprender, ou melhor, administrar a didática pedagógica da escola para atingir os objetivos propostos, num mundo de mudanças, que precisa refletir sobre como se tem processado as iniciativas.

Pensar na administração, supervisão, orientação e inspeção escolar é uma tarefa que merece ser vista e vivenciada por todos aqueles que têm compromisso na formação de professores numa sociedade onde prevalece a cidadania, e nesse contexto o papel dos esdutores escolar é peça fundamental para promover e estimular o professor a participar de formação continuada na escola. Também precisa ser uma pessoa presente, atenta, participativa e motivadora no ambiente escolar.

Entende-se que esses profissionais escolares dentro da escola deve ser inovador, criativo, ousado e dinâmico além de buscar alternativas, caminhos e soluções para avançar, e um de seus grandes desafios é a formação continuada dos professores, e ainda precisa ter iniciativas e coragem, para solucionar, os problemas relacionados à autoconfiança da equipe.

Os avanços e transformações educacionais e novas mudanças, o papel de Administração, supervisão, orientação e inspeção constitui-se em um agente de mudanças no processo da formação de professores no contexto educacional e social e no sentido da dinâmica do trabalho através da história da educação.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo estudar a história do supervisor escolar no decorrer da história da educação. Assim, os aspectos metodológicos utilizados para dar sustentabilidade na realização deste trabalho, foram estudos bibliográficos, dentro do contexto, da pesquisa narrativa e de cunho qualitativa.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que teve como base livros, artigos e revistas. A base de dados da pesquisa foi Google Acadêmico. Desta maneira, há diversas formas de fontes bibliográficas, que podem ser utilizadas na construção deste estudo como: “teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo.” (Gil, 2002, p. 64). Os descritores utilizados nesta pesquisa foram: Gestão Escolar, História e Educação.

Assim, a pesquisa bibliográfica busca através dos materiais já publicado, a respostas para os objetivos levantadas dentro do estudo, desta maneira, diversos autores são trabalhados, com o propósito de embasar teoricamente a pesquisa em evidência.

A revisão bibliográfica deste estudo é a narrativa, que para Ribeiro (2014, p. 676), “revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, o método de busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos”. Dentro deste contexto, buscou-se o método de pesquisa qualitativa, que segundo os estudos de Cyriaco *et al.* (2017, p.5):

É um método de estudo que valoriza a descrição e a explicação dos fenômenos investigados, a partir de entrevistas e observações. Inicialmente, tais procedimentos eram restritos à antropologia e à sociologia. Aos poucos, porém, eles foram ganhando espaço em outras áreas da ciência, já que promovem uma avaliação holística da população estudada.

Para alcançar os resultados desta pesquisa foram utilizados 14 artigos que contribuíram para a construção das discussões, bem como procuraram responder os objetivos propostos neste estudo.

## 3. Resultados e Discussão

A gestão da educação como um todo se expressa por meio da organização dos sistemas de ensino. Esta organização perpassa pelo sistema de ensino em três esferas, que são: Federal, Estadual e Municipal. Dessa forma, apresento as incumbências da União, dos estados e dos municípios.

De acordo com Brasil (1996, art.9º, 10 e 11). Segue as Incumbências:

A União, manter e desenvolver o sistema federal de ensino e dos territórios. Coordenar a política nacional da educação, articulando níveis de sistemas. Normatizar sobre cursos de graduação e pós-graduação. Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os demais níveis de governo. Estabelecer competências e definir diretrizes curriculares para a Educação Infantil, O Ensino Fundamental e médio. Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar, no ensino fundamental e médio e educação superior, em colaboração com os sistemas de ensino. Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas de ensino envolvidos. Exercer função redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias (Estados e Municípios). Supervisionar cursos das instituições de educação Superior e estabelecimento de seu sistema de ensino.

Os Estados- DF organiza, mantém e desenvolvem o seu sistema de ensino. Assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio. Elaborar e executar políticas e planos educacionais e planos educacionais, em consonância com os planos nacionais, integrando as suas ações e a dos seus municípios. Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, assegurando distribuição proporcional de responsabilidades. Exercer função redistributiva em relação a seus municípios. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar cursos das instituições de educação superior e estabelecimentos do seu sistema de ensino. Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.

Aos Municípios, organizar e desenvolver o seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados. Oferecer a educação infantil e, com prioridade, o Ensino fundamental. Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas. Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. Autorizar, credenciar, e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A gestão escolar democrática e seus princípios, surge para fixar novas ideias e estabelecer, na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização da rede de relações que ocorrem no contexto interno e externo da escola. A gestão democrática entende-se que é uma forma de melhoria na e da convivência humana, que se constrói na cultura do povo e sua história. Num convívio pela busca do exercício coletivo e participativo de uma comunidade junto ao poder público, fortalece a democracia; ou seja, os agentes de uma comunidade são coautores das ações de uma sociedade da qual fazem parte. Bordenave (1994, p. 8), afirma que “Democracia é um estado de participação”.

O caráter democrático de uma gestão não pode estar descompromissado da emancipação humana. Trata-se de fortalecer os procedimentos de participação das comunidades escolares no governo da escola, a busca da descentralização do poder e tomada de decisão. Nesse contexto, a gestão democrática tem por objetivo envolver-se na construção de projetos, propostas pedagógicas, projetos político-pedagógico, entre outros. Com este olhar o processo de gestão escolar deve ser democrático e vai além da gestão administrativa. (Bordenave, 1994).

Assim, a administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos, a fim de alcançar objetivos, assim Chiavenato (1979, p. 6-7) diz que:

Em relação a palavra administração vem do latim ad (direção, tendências para) e minister (subordinação ou obediência) e se refere àquela uma função do comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e os transformar em ação organizacional por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação. “A administração escolar é diferenciada, pois está voltada ao fazer social, obtendo especificidades. Desta forma, a natureza do trabalho pedagógico está voltada para o processo de construção do conhecimento, que não combina com a produção autenticamente capitalista. O administrador escolar foca o fazer político-administrativo voltado ao planejamento, no processo de organização da gestão com a comunidade escolar.

Administração é entendida como uma prática política do ato de administrar. Ela engloba o planejar, coordenar, melhorar a prática concreta com o intuito de contribuir para a qualidade e avanços pertinentes ao ato de administrar. Segundo Paro (2000), a administração é a utilização de recursos para que se realizem ações de fins determinados. Neste entendimento, a administração é abstraída dos determinantes sociais, pelas relações econômicas e políticas. (Chiavenato, 1979).

Para compreendermos efetivamente que é o orientador educacional, precisamos conhecer o que dizem as leis a respeito dessa profissão, desde o seu surgimento no Brasil conforme Garcia (1990, p. 10):

Lei Orgânica do Ensino Industrial- 1942: refere-se ao orientador educacional facilitando as escolhas profissionais, esclarecendo e aconselhando. Leis de Diretrizes e bases da Educação nacional- 1991: refere-se à orientação educacional e vocacional como ajuda ao aluno em suas escolhas. Lei nº 5.564 – 1968: embora amplia as atribuições do orientador educacional, confirma a sua responsabilidade em relação à orientação vocacional. E quando o Decreto nº 72.846 (1973) especifica as responsabilidades do Or. E., é dada grande ênfase à orientação vocacional. À sondagem de aptidões e interesses, ao papel do Or. E., articulando a escola e o mundo fora da escola (família, comunidade e o mundo do trabalho). Lei nº 5.692-1971: define o orientador educacional como responsável pela articulação escola-família-comunidade e pela preparação para o trabalho.

A supervisão e sua evolução na história, sendo antes o amanhã em relação às propostas e possibilidades de atuação do supervisor. Vamos olhar o passado, conhecer um pouco sobre a história desse profissional. A história é uma parte do que constitui o que nos constitui, por isso é de suma importância compreender o antes e observar os processos de surgimento, para compreender o hoje e as mudanças que aconteceram no decorrer do tempo. Na antiguidade, a ação supervisionadora era uma forma de vigilância, praticada pelos sacerdotes e nobres como forma de acompanhamento e controle em relação ao outro. Historicamente na, na “na Idade Média que a função supervisora assume claramente a forma de controle, de transformação, de fiscalização e de expressa nas punições e castigos físicos”. (Saviani, 2003, p. 16).

Ferreira (2001, p. 272), “Educação que significa ato ou efeito de educar-se, processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. Aperfeiçoamento e desenvolvimento das faculdades humanas: educação artística, formação, formação das novas gerações segundo certos ideais de uma comunidade cultura. “A educação da juventude é dever do Estado, orientação instrumento de aprendizagem, conjunto de informações ou de técnicas de ensino formal, nível ou tipo de ensino”. (Borba, 2011. p. 462).

De acordo com Ferreira (2001, p. 395), História “é uma narração dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e da humanidade, em geral, conjunto de conhecimentos, adquiridos através da tradição e/ou mediante documentos”. Nesse sentido, acerca da evolução do passado da humanidade, ciência e método que permite adquirir-los e transmiti-los, narração de acontecimentos, ações, fatos ou particularmente relativos a um determinado assunto. “Conjunto de conhecimentos relacionados com registro, a apreciação e a explicação de fatos do passado da humanidade”. (Borba, 2011. p. 718).

Rangel (2001, p. 69) diz que, “durante o século XVIII e princípio do século XIX, a supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar”. O modelo de supervisão escolar teve sua origem relacionada à produção capitalista, surgindo para aumentar a produtividade e a racionalização do trabalho.

Corroborando com essa ideia, Lima (200, p. 69) nos diz que “ideia de supervisão surgiu com a industrialização, tendo em vista a melhoria da produção, antes de ser assumida pelo sistema educacional, em busca de um melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa”.

De acordo com Medeiros & Rosa (1985), o modelo brasileiro de supervisão escolar é originário do norte-americano e foi instaurado com a função de controlar a do ensino e de aperfeiçoar as técnicas existentes. Na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), já se pensava na necessidade do desenvolvimento tecnológico do ensino, tendo como responsáveis os especialistas em educação, isso porque surgiu em nosso país o curso de Pedagogia, com a preocupação em

relação à formação de professores para atuar no ensino secundário. Concomitante, houve a criação da Faculdade de Filosofia. (Brasil, 1968).

A primeira regulamentação do curso de Pedagogia divulgou-se em 1939, a partir do Decreto-Lei nº 1.190, utilizando a fórmula conhecida como 3 + 1, três de disciplinas de conteúdo e um de disciplinas pedagógicas, permanecendo assim até a década de 60, com a divisão de formação em bacharelado e licenciatura. O currículo (no caso pleno, não mínimo) baixando para o Curso de Pedagogia pó aquele Decreto-Lei esteve em vigência durante vinte e três anos, só vindo a ser reformulado com advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Brasil, 1968).

No que diz respeito às especialidades educacionais, a Lei nº 5.540/68 procurou, em parte, eliminar, quando dispôs, em seu art. 30, que “a formação de professores para o ensino médio de 2º Grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito de escolas e sistemas escolares far-se-á em nível superior”. O curso de pedagogia, que estava sendo reformulado em 1969 pelo parecer 252/69, cria o Técnico em Educação com funções definidas, por meio das habilitações de administração, inspeção, supervisão, orientação e magistério das disciplinas profissionalizantes. Deveria, portanto, formar especialistas por meio de habilitações. Foram regulamentadas as seguintes habilitações para o Curso de Pedagogia através do Parecer 252/69: Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais; Orientação Educacional; Administração Escolar; Supervisão Escolar; Inspeção Escolar. (Brasil, 1968).

Na década de 1970, “surgiram as Associações de Supervisão Educacional no Brasil e o supervisor passou a ter diversas denominações: supervisor escolar, supervisor pedagógico, supervisor de ensino, supervisor de educação, supervisor educacional. A supervisão passou a agregar atividades de assistência técnico-pedagógica e de inspeção administrativa, em todo o sistema de ensino, com objetivo de preparar os professores para atuar com os alunos, porém, mantinha-se o foco nas funções técnicas burocráticas e fiscalizadoras, por meio de um trabalho individualizado. (Oliveira, 2009).

Na década de 1980, também, começa a redemocratização do ensino, que se começa a questionar a relação entre a necessidade, a função e a atuação do supervisor escolar. Surgem também interrogações de que não deveriam mais existir as habilitações de: administração escolar, supervisão escolar, e orientação educacional e que essas fossem trabalhadas em cursos de pós-graduação. Em 1996, foi aprovado a LDB nº 9.394/96 e, a partir de sua reformulação, considera-se, na educação brasileira, um novo marco histórico. (Brasil, 1996).

Dessa forma, sua influência em relação à função e formação do supervisor antes escolar, com um foco na inspiração e na burocracia, agora supervisor pedagógico, que atua em parceria com o professor na busca da qualidade da educação. Surge, também, o chamado coordenador pedagógico, que se refere a um profissional que substitui o orientador e o supervisor educacional, com a justificativa de integração dessas funções. (Brasil, 1996).

As fases do supervisor: A partir da atuação dos supervisores destacam-se três fases em que a ação supervisora adotou diferente enfoques e concepções. A fase fiscalizadora ocorre no período da industrialização do Brasil. Surge a partir das crises econômicas, com um regime autoritário que reflete na escola. A supervisão escolar ocupa-se o ensino primário, na competência de inspeção, encarregada de fiscalizar a escola, frequência de alunos e de professores. Esta ação supervisora se refere à primeira fase da evolução industrial com o crescimento da população, com a necessidade de mais professores. A supervisão realizada no trabalho da indústria e comércio cresceu para outros segmentos da sociedade, chegando ao sistema educacional. (Medina, 2002).

De acordo com as autoras Urbanetz & Silva (2008), nesta fase, a supervisão confunde-se coma inspeção escolar, neste sentido, a atuação estava mais preocupada com o cumprimento de prazos e leis. A fase fiscalizadora foi uma fase estritamente de olhar sobre, como uma forma de espionagem e controle de produção, verificando os preenchimentos de materiais burocráticos voltado para o funcionamento administrativo nas escolas.

Em relação à segunda fase, Nérici (1986) aponta que a supervisão, na evolução do conceito de supervisão escolar, é a que reconhece a necessidade de melhorar a atuação dos professores. Nessa fase escolar, a função do supervisor era examinar as falhas na atuação dos professores, que serviram como pauta para a realização de trabalhos e estudos com o objetivo de solucionar os problemas.

Segundo Urbanetz & Silva (2008, p. 42) reforçam e ampliam esse conceito usando uma expressão interessante para essa fase: “Supervisão orientadora, que dá ideia de preocupação com o trabalho de orientação dos professores, corrigindo as falhas que pudessem apresentar e orientando-os nos procedimentos considerados mais adequados”.

A concepção de terceira fase é a criativa. Nessa fase, a inspeção se rompe com a busca de um serviço que tem como foco o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem, considerando todas as pessoas envolvidas. É a fase em que a supervisão é ampliada e caracterizada por meio do trabalho cooperativo e democrático.

Para Urbanetz & Silva (2008 p. 42) corroboram com essa ideia quando afirmam que a fase criativa: “é a fase atual, em que a supervisão se separou definitivamente da inspeção escolar caminhando em direção do aperfeiçoamento das pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem”.

A supervisão pedagógica pode ser exercida de forma autocrática ou democrática, dando, origens a dois tipos de supervisão. Na supervisão autocrática podem ser caracterizada, emitindo ordens e controlando o seu cumprimento, a ordem segue uma linha mais legal do que pedagógica baseada na realidade do professor funciona sendo capaz de encontrar soluções para todas as dificuldades, qual repositório da sabedoria didático-pedagógica, procurando-se impor pela autoridade e pela intimidação, “ao invés de captar a confiança e desenvolver a cooperação entre ele e o professor não utiliza a possível cooperação do professor, sacrificando, assim, o seu espírito criador”. (Nérici, 1986, p. 30).

A supervisão pedagógica democrática faz uma ruptura com a autocracia, com os modelos até então constituídos, modificando o panorama de compreensões, criando um ambiente cooperativo, aberto à liberdade, respeito à criatividade, que é um aspecto fundamental tanto no trabalho do supervisor quanto do professor. A atuação do supervisor pode democrática pode ser caracterizado em muitas maneiras que são: “Em procedimento científico para o exame das situações surgidas com relação ao processo de ensino aprendizagem, aplicam-se possíveis normas de relações humanas para relacionar-se e trabalhar com os professores e demais pessoas envolvidas no processo educativo”. (Nérici, 1986, p. 32).

Neste contexto a supervisão respeita a personalidade e a maneira de ser de cada membro com quem tenha de trabalhar, procurando incentivar o diálogo e a discussão em base democrática, de maneira que todos possam sentir-se à vontade e cooperar espontaneamente, estimula a iniciativa e a criatividade de todos, para que formas de atuação didática sejam encontradas, para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, cada professor encontra-se possível, por si, soluções para seus problemas, estimulando o espírito de grupo entre os compromissados no processo ensino aprendizagem, “para que todos se sintam responsáveis quanto ao andamento do mesmo, procurando constantemente avaliar, a fim de melhorar, cada vez mais, a sua própria ação, estimulando críticas ao seu trabalho, com intuito de melhorá-lo”. (Nérici, 1986. p. 32).

A Supervisão Pedagógica pós-LDB nº 9.394/96 necessita ser criativa, democrática, inovadora, compartilhada e atualizada, rompendo paradigmas de fiscalização, autoritarismo, alienação e conservadorismo. Dessa forma, promovem-se atividades que favoreçam o crescimento pessoal e profissional, além de criar um ambiente de estudo, estimulando e orientando, de forma democrática e científica, os professores, para que os eles se tornem mais qualificados quanto ao trabalho no processo de ensino-aprendizagem, atendendo às necessidades anseios de um ensino eficaz. Considera-se que o trabalho pedagógico de um supervisor, abrange todas as dimensões: filosófica, sociológica, psicológica, e política no contexto escolar. (Brasil, 1996).

Até aqui conhecemos brevemente conceitos de Supervisão Pedagógica e sua evolução histórica, percebendo-se enquanto construtores sociais, dependentes de relação político-pedagógicas, envoltos de poder, ética e estética. Entendemos as principais fases pelas quais essa profissão passou no decorrer da história e analisamos que desde o século XVIII o controle e a

fiscalização do trabalho do professor marcaram as ações que caracterizam o papel do supervisor educacional no Brasil. Atualmente, propõe-se uma mudança de concepção, de olhar, em que o supervisor educacional, aquele que cuidava de tarefas burocráticas, passa a ser visto como supervisor pedagógico, que atua por meio de uma prática dinâmica e inter-relacionada. (Frison, 2000).

Para Rangel (2001, p. 89) destaca “como funções a serem cumpridas pelo supervisor pedagógico entre elas: A política como coordenação de interpretação/implementação e da “coleta” de subsídios para o desenvolvimento de novas políticas mais comprometidas com as realidades”. O planejamento, como coordenação, construção e elaboração coletiva do projeto acadêmico/educacional, implementação coletiva, coordenação do acompanhamento sobre seu desenvolvimento e necessárias reconstruções. A gestão como coordenação, propriamente dita, de todo o desenvolvimento das políticas, do planejamento e da avaliação do projeto pedagógico da Escola, construído e desenvolvido coletivamente.

A avaliação como análise e julgamento das práticas educacionais em desenvolvimento com base em uma construção coletiva de padrões que se alicercem em três princípios/posturas intimamente relacionados: a avaliação democrática, a crítica institucional e a criação coletiva, e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. A todos esses elementos precisam estudar muito e continuamente, individual e coletivamente, discutindo conceitos e formas de elaboração prática de estratégias de ação pedagógica. (Rangel, p. 89).

A partir dessas funções amplas, “podem-se definir atividades específicas do supervisor pedagógico”, conforme destacam Bastos *et al.* (1996, p. 35). No que se refere ao planejamento deve ser participativo, a elaboração do plano global escolar, elaborando o plano de atividades do setor de supervisão, coordenando o processo de planejamento curricular, adaptando as normas e diretrizes emanadas dos órgãos educacionais competentes às peculiaridades.

No que tange à coordenação podem-se implementar e acompanhar o desenvolvimento dos planos de ensino, assistir atividades docentes, visando à manutenção de padrões de desempenho predefinidos e à correção de possíveis desvios, orientar no desenvolvimento de atividades discentes que visem possibilitar-lhes maior conhecimento da comunidade, coordenar programas de treinamento e atualização dos professores, visando ao aperfeiçoamento do sistema ensino-aprendizagem, manter o fluxo permanente de informações acerca da realidade escolar, objetivando direcionar a ação docente. (Bastos, *et al.*, 1996).

A ação supervisora voltada para a avaliação exige as seguintes atividades, como acompanhar e avaliar o currículo, constar e interpretar dados referentes à produtividade do corpo docente, com vista a auxiliar no melhor desempenho do processo ensino-aprendizagem, participar de avaliação da produtividade do sistema escolar, em termos quantitativo e qualitativo. (Bastos, *et al.*, 1996). Nesse sentido, “a função do supervisor no ambiente escolar é ser aquele profissional que está posicionado de maneira que é possível vislumbrar uma percepção mais ampla da realidade escolar a partir da lente da ciência da educação.”(Prates, *et al.*, 2019, p. 4).

Em termos de assessoramento, são atividades da ação supervisora, assessorar a administração escolar e outros órgãos responsáveis pela definição de diretrizes pedagógicas e administração da escola, fornecer informações aos órgãos institucionais superiores de educação, a exemplo das secretarias de educação, para planejamentos e estabelecimentos de estratégias de Ensino, bem como adaptar as condições da escola às diretrizes e normas demandadas pelos mesmos órgãos. Colaborar com o serviço de Orientação Educacional no desenvolvimento das atividades que visem o aprimoramento das condições de aprendizagem dos discentes, como por exemplo: definição de critérios para a organização de classes discentes, pesquisa de causas de aproveitamento deficiente, estudo sobre estratégias de trabalho Escolar com aluno-problema, orientação a pais sobre programas de estudo para os filhos e outros correlatos. (Bastos, *et al.*, 1996).

Para Carlos (2024), as concretizações das políticas públicas para a conquista de espaços educacionais, sociais e culturais que fortaleçam o supervisor pedagógico um profissional responsável pelo acompanhamento e pelo assessoramento das atividades

diretamente interligadas ao processo de ensino-aprendizagem precisa ser valorizado e efetivado no espaço escolar, para que este tenha êxito em suas atividades.

#### 4. Considerações Finais

A Supervisão Pedagógica pode ser exercida autocrática ou democrática, dando origem a dois tipos de supervisão, observa-se que a partir da atuação dos profissionais supervisores, destacamos três fases como a fiscalizadora, construtiva e a criativa. Pode-se observar que em 1996, foi aprovado a LDB nº 9.394/96 e, a partir de sua reformulação, considera-se, na educação Brasileira, um novo marco histórico, porém na década de 1970 surgiram as associações de supervisão educacional no Brasil, onde o curso de Pedagogia, que estava sendo reformulado em 1969 pelo Parecer 252/69, cria o Técnico em Educação com funções definidas, por meio das habilidades.

Na década de 1950 e 1960 houve uma constante introdução do programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar – PABAAE. Nesse programa, com foco tecnicista nasceu a supervisão escolar. Na década de 1930, com o manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, já se pensava na necessidade de desenvolvimento tecnológico do ensino, tendo como responsáveis os especialistas em educação, isso porque surgiu em nosso país o curso de Pedagogia, com a preocupação em relação à reformulação de professores para atuar no ensino secundário. O modelo de supervisão escolar teve sua origem relacionada à produção capitalista.

A supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar, na idade média a função do supervisor era de assumir a forma de controle, conformação, fiscalizadora, coerção expressa pelas punições e castigo. Historicamente, a ação supervisora era uma forma de vigilância, praticada pelos sacerdotes e nobres como forma de acompanhamento e controle em relação ao outro. A ação do supervisor, no decorrer da história, sofreu várias transformações em torno da sua atuação. Teve época em que tinha uma conotação abrangente e burocrática, em outra, alienada, crítica, política e/ou pedagógica.

Por fim, procuramos, nesta pesquisa, apresentar brevemente o assunto a ser estudado a fim de explicitar a sua relevância para a sociedade, visto ser esse um tema: O Supervisor no decorrer da História da Educação, cada vez mais presente em nosso cotidiano. Nesse sentido, sugerimos para as próximas pesquisas voltadas para esta temática, que o pesquisador verifique a importância deste profissional para o meio ambiente escolar, o quanto pode influenciar no sucesso de uma escola como um todo.

#### Referências

- Andrade, N. V. de. (1979). *Supervisão em educação*. Livros técnicos e científicos.
- Bastos, L. G. et al. (1996). *Código de Ética do Pessoal do Magistério*. Trabalho elaborado para a disciplina de Supervisão Escolar (Curso de Pedagogia – nível VIII), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Borba, F. S. (2011). *Dicionário Unesp do português contemporâneos*. Curitiba, Pia.
- Bordenave, J. (1994). *O que é participação*. (8. ed.). Brasileira.
- Brasil. (1968). Ministério da Educação e Cultura. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. (3. ed.). MEC/COLTED.
- Brasil. (1968). Lei de diretrizes e bases da educação nacional. (3. ed.). MEC/COLTED.
- Brasil. (1996). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, dez.
- Carlos, J. A., & Lodi, I. G. (2024). A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente. *Revista Evidência*, 8.
- Cyriaco, A. F. F.; Nunn, D.; Amorim, R. F. B.; Falcão, D. P. & Moreno, H. (2017). Pesquisa qualitativa: conceitos importantes e breve revisão de sua aplicação à geriatria/gerontologia. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, Rio de Janeiro, 11(1), 4-9.
- Chiavenato, I. (1979). *Teoria geral da administração*. McGraw-Hill.

- Ferreira, N. S. C. (1999). (Org). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. Cortez.
- Ferreira, A. B. Holanda de. (2001). *Miniaurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*, (5. ed.) *Rev. Ampl.* Nova Fronteira, 2001.
- Frison, L. M. B. (2000). *A perspectiva do especialista em educação: um olhar sobre a orientação educacional: avanços e possibilidades*. *Seminário Interdisciplinar em Supervisão Escolar e Orientação Educacional*, Santa Cruz do Sul: UNISC, set/dez.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. C Atlas.
- Lima, E. C. de. (2001). *Um olhar histórico sobre a supervisão*. In: RANGEL, Mary. *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. (2. ed.). Papyrus.
- Lück, H. (2006). *Gestão Educacional: uma questão paradigmática*. Vozes.
- Medeiros, L & Rosa. S.(1985). *Supervisão educacional*. (2. ed.). Cortez.
- Medeiros. & .Rosa. S. (2002).*Supervisão escolar, a ação exercida à ação repensada*. (2. ed.). AGE.
- Nerfci, I. G.(1986). *Introdução à supervisão educacional*. (5. ed.). Atlas.
- Oliveira, E. da S. G; & Grinspun. M. P. S.(2009). *Princípios e métodos de supervisão e orientação educacional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A.
- Paro, V.H.(1999). *Administração escolar: Introdução crítica*. (8. ed.). Cortez.
- Prates, A. E., de Oliveira Monteiro, A., da Silva Rocha, P. C., & Wanzeler, G. O. R. (2019). O trabalho do supervisor no ensino integrado: o caso de Minas Gerais. *Research, Society and Development*, 8(10), e198101350.
- Rangel, M; Alarcão I; Lima, E; & Ferreira, N, S. C. (2001). *Supervisão pedagógica: princípio e práticas*. Campinas: Papyrus.
- Ribeiro, J. L. P. (2014). Revisão de Investigação e Evidência Científica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, São Paulo, 15(3), 671-682. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v15n3/v15n3a09.pdf>.
- Saviani, N. (2003). *Saber escolar, currículo e didática*. Campinas: Autores Associados.
- Urbanetz, T. S & Silva, S. Z. (2008). *Orientação, supervisão, escolar caminhos e perspectivas*. Curitiba: IBPEX.